

Revolução e contrarrevolução no sistema internacional: as análises de Marx e Engels na *Nova Gazeta Renana* (1848-1849)

Revolution and counterrevolution in the international system: Marx and Engels' analyses in the New Rhenish Gazette (1848-1849)

Caio Bugiato*

Resumo

O objeto deste artigo são os textos de Karl Marx e Friedrich Engels no jornal *Nova Gazeta Renana* (NGR), publicado na Prússia entre os anos de 1848 e 1849. Suas análises estiveram voltadas para as revoluções de 1848 na Europa, especialmente para a França e para a Alemanha/Prússia, em cujas lutas de classes estava imersa a NGR. Nesta pesquisa bibliográfica, levantamos as seguintes perguntas: Marx e Engels trataram do contexto internacional em seus artigos ou apenas de processos políticos localizados? Se trataram, como foi essa abordagem? Nossa pesquisa mostrou que não apenas trataram do contexto internacional como o articularam com a dimensão do Estado e dos processos políticos no interior das formações sociais. Identificamos os principais artigos que nos permitem demonstrar tal articulação e procuramos, como objetivo, sistematizá-la ao final do texto de modo a afirmar a existência de um pensamento original sobre as relações internacionais.

Palavras-chave: Marx e Engels; *Nova Gazeta Renana*; relações internacionais

Abstract

This article focuses on the texts written by Karl Marx and Friedrich Engels in the newspaper *New Rhenish Gazette* (NRZ), published in Prussia between 1848 and 1849. Their analyses focused on the revolutions of 1848 in Europe, especially in France and Germany/Prussia, where the NRZ was immersed in class struggles. In this bibliographic research, we raise the following questions: did Marx and Engels address the international context in their articles or only localized political processes? If so, how did they approach it? Our research showed that not only did they address the international context, but they also articulated it with the dimension of the State and political processes within social formations. We identified the main articles that allow us to demonstrate this articulation and sought, as an objective, to systematize it at the end of the text so that we can affirm the existence of an original thought on international relations.

Keywords: Marx and Engels; *New Rhenish Gazette*; international relations

* Professor de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e no Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC. E-mail: bugiato@gmail.com.

Introdução

Nosso objeto de pesquisa são os artigos de Karl Marx e Friedrich Engels no jornal *Nova Gazeta Renana* (*NGR*). Suas análises estiveram voltadas para as revoluções de 1848 na Europa, com ênfase na conjuntura da França e com mais atenção ainda para conjuntura da Alemanha/Prússia, em cujas lutas de classes estava imersa a *NGR*. Nesta pesquisa bibliográfica, levantamos as seguintes perguntas: Marx e Engels trataram do contexto internacional em seus artigos ou apenas de processos políticos localizados? Se trataram, como foi essa abordagem? Nossa pesquisa mostrou que não apenas trataram do contexto internacional como o articularam com a dimensão do Estado e dos processos políticos no interior das formações sociais (nacionais/locais), diferentemente de Raymond Aron (1986) e Norberto Bobbio (s.d.), que em suas críticas à teoria marxista sobre relações internacionais ignoram tal tratamento. Identificamos os principais artigos que nos permitem demonstrar tal articulação e procuramos, como objetivo, sistematizá-la ao final do texto de modo a ser possível afirmar a existência de um pensamento original sobre as relações internacionais.¹ Entendemos que esse pensamento é um fundamento, ou um esboço, do que seria uma teoria marxiana-engelsiana das relações internacionais a ser construída, a partir dos elementos encontrados na *NGR*.

O texto a seguir está dividido em três seções mais as considerações finais. Na primeira apresentamos como foi a militância de Marx e Engels durante a existência da *NGR* em meio à revolução alemã de 1848. Na segunda apresentamos o contexto histórico das revoluções na Europa, a conjuntura internacional, e especificamente as conjunturas francesa e alemã, pois são estas às quais Marx e Engels dedicaram mais atenção. A exposição do contexto histórico auxilia a compreensão das análises publicadas na *NGR* pelos fundadores do socialismo científico. Na terceira abordamos as análises de Marx e Engels na *NGR* em duas subseções: na primeira, em que predominam os textos de Marx, abordamos os principais artigos que tratam das classes, das lutas de classes e do Estado; na segunda, em que se sobressaem os textos de Engels, abordamos os principais artigos que tratam do internacionalismo proletário e do contexto internacional marcado pelo equilíbrio de poder, guerra e revolução.² Essa terceira parte nos municia para chegar ao nosso objetivo nas considerações finais.

1. Marx e Engels na *Nova Gazeta Renana*

No ano de 1848, Karl Marx e Friedrich Engels retornaram à Alemanha (Prússia) em meio à revolução com propósitos políticos de luta pela democracia e de impulso à mobilização do recém-nascido proletariado moderno. Militantes comunistas e internacionalistas conhecidos pelas autoridades europeias – expulsos de países por conta de suas atividades políticas –, os amigos de letras e lutas se estabeleceram em Colônia, onde Marx tinha contatos por já ter sido editor do jornal da burguesia democrática

¹ Beneficiamo-nos do excelente trabalho de Lívia Cotrim (2020a; 2020b), que, além de traduzir e organizar, escreveu as apresentações nos livros em que estão publicados em português os artigos de Marx e Engels. Cotrim indica os artigos em que Marx e Engels tratam de determinadas temáticas.

² Não vamos entrar na polêmica sobre unidade ou heterogeneidade entre o pensamento de Marx e Engels. O que podemos dizer é que há plena concordância nos artigos da *NGR* ao citar Engels: “O conselho editorial era simplesmente a ditadura de Marx”. (Engels, 1884, n.p.; tradução nossa)

Gazeta Renana em 1842. Colônia tinha sofrido grande influência da Revolução Francesa de 1789 e de concepções jurídicas modernas advindas do *Code Napoléon*, além de apresentar um avançado desenvolvimento industrial. Na Alemanha como um todo (Confederação Germânica) a bandeira tricolor tremulava e a nova conjuntura permitia liberdade de organização e de imprensa. Ainda membros da Liga dos Comunistas, uma organização revolucionária internacional que abandonaram pouco tempo depois por considerá-la frágil demais para as lutas da época, Marx e Engels fundaram o jornal *Nova Gazeta Renana (NGR)*. Fundaram-na junto com outros membros da Liga, dentre os quais Moses Hess que buscou na cidade financiadores junto à burguesia democrática alemã, a qual aos poucos os abandonou dada a posição política do jornal. A *Nova Gazeta Renana* – órgão da democracia teve no posto de editor-chefe com total autonomia o próprio Marx e circulou entre junho de 1848 e maio de 1849 até ser fechada pela reação feudal do governo prussiano. Seu último número publicado em 19 de maio de 1849 ficou conhecido como a edição vermelha devido à tinta utilizada na redação. O número vermelho, que vendeu mais de vinte mil cópias, marcou a expulsão de Marx e Engels da Prússia pelo governo. Estabeleceram-se na liberal Inglaterra, onde Engels conduzira a empresa da família em Manchester e Marx, em Londres, viveu como exilado e apátrida por toda sua vida.³

A insígnia da *NGR*, órgão da democracia, não foi por acaso. A revolução alemã de 1848 era uma meia revolução burguesa (como veremos adiante). A luta popular havia conquistado importantes liberdades democráticas em uma formação social feudal, mas o controle do processo estava com a burguesia, que a partir das mobilizações do povo pôde formar um governo. Contudo, conciliou-o com as forças reacionárias da velha aristocracia feudal e da burocracia absolutista, uma aliança defensiva e ofensiva contra o poder popular, por temê-lo. Assim a revolução não foi até o fim, até a predominância do modo de produção capitalista e da democracia burguesa. Essa era a conjuntura na qual a *NGR* propunha seu programa político/política externa. Nesse momento, em que Marx e Engels mais se envolveram direta e diariamente nas lutas de classes ao longo de suas vidas, o programa era justamente a democracia burguesa e a unidade da república democrática alemã. Estas seriam resultados da revolução burguesa “até o fim” impulsionada pelo proletariado, mas sem perder de vista o horizonte da transformação socialista do capitalismo. O programa não poderia ser efetivado sem uma política externa, sem uma guerra revolucionária, dos povos revolucionários da Europa, contra a Rússia czarista, considerada o bastião da reação feudal e, portanto, inimiga principal das revoluções. Escrevia Marx em artigo de 25 de junho de 1848: “Nós queremos a unidade alemã, mas somente com estilhaçamento das grandes monarquias alemãs os elementos para esta unidade poderão ser decantados. Somente na tempestade da guerra e da revolução poderão ser amalgamados”. (Marx, 2020c, p. 116)

Nessa conjuntura, para se adequar às condições de luta em que, para Marx e Engels, a debilidade da burguesia e do proletariado alemães era evidente, optaram por se organizar na ala esquerda do partido democrata. Ingressaram então na Associação Democrática de Colônia, organizada por este partido, e não no partido comunista. Engels explicou que essa posição era a mais adequada naquele momento das lutas de classes: se não a tivessem tomado “então não nos restava nada a fazer senão pregar o

³ Sobre a vida de Marx e Engels, biografias importantes foram publicadas no Brasil recentemente: Segrillo (2018), Heinrich (2018) e Mayer (2020).

comunismo em um pequeno jornal provinciano e fundar uma pequena seita em vez de um grande partido de ação". (Engels, 1884, n.p.; tradução nossa)⁴ Fizeram da *NGR* uma agente da luta proletária, uma propulsora de ideias democráticas e socialistas para as lutas revolucionárias, a arma da crítica a ser incorporada nas massas como poder material.

2. A conjuntura europeia à época das revoluções de 1848

14

2.1. A conjuntura internacional

A Revolução Francesa de 1789 e as guerras napoleônicas impuseram aos Estados absolutistas e às classes dominantes europeias a necessidade de mobilização restauracionista para conter quaisquer insurreições que pudessem afrontar seus sistemas políticos nacionais/locais e o equilíbrio de poder internacional. No Congresso de Viena de 1815 os representantes das cinco potências europeias – Inglaterra, França da restauração Bourbon, reino da Prússia, império austro-húngaro e império russo – concordaram em redefinir o mapa político do continente, manter ou restaurar as monarquias absolutistas e, na prática, criar uma pentarquia de poder em que elas dirigiam os rumos diplomáticos e militares das relações internacionais. (Halliday, 1999) O propósito desse Sistema de Viena, que teve anuência até dos liberais ingleses, ia muito além da manutenção da estabilidade europeia e das disputas geopolíticas por supremacia, seu problema de fundo era a revolução. Todos os governantes e as classes dominantes temiam a revolução, fosse a burguesa contra o feudalismo e a aristocracia feudal, fosse a socialista contra o capitalismo e a burguesia (que seria o caso inglês). A revolução era endêmica.

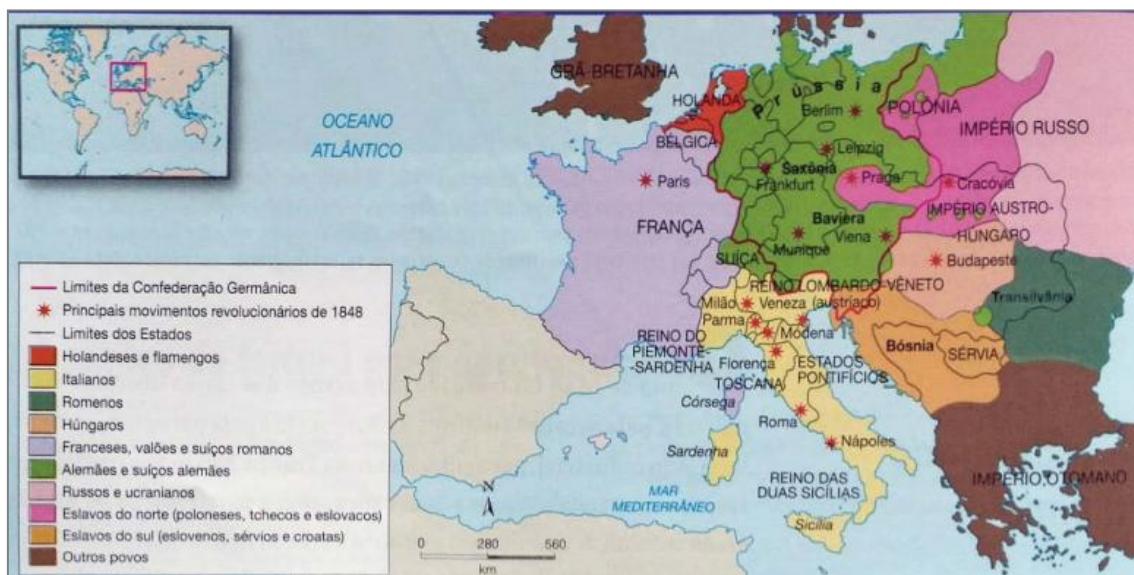
Não tardou a acontecer. Entre 1820 e 1824 ficou restrita ao Mediterrâneo, mas entre 1829 e 1834 ocorreu em toda a Europa. A onda revolucionária de 1830 marcou a derrota da aristocracia feudal em parte Europa ocidental, onde a classe dominante dos próximos anos seria a grande burguesia. As aristocracias que não foram eliminadas como classe dominante concordaram em promover políticas burguesas, ainda que sob a formalidade de uma monarquia constitucional. Em países como Inglaterra, França e Bélgica o sistema político que surgia era o de instituições liberais protegidas da democracia por qualificações de propriedade ou educacionais para os eleitores. Em meio à industrialização, à urbanização, à pobreza e à fome, outro fenômeno aparecia: o proletariado moderno (trabalhadores assalariados) como classe, como força política autoconsciente e independente pelo menos na Inglaterra e na França. Militantes de pequenos movimentos políticos, porém com forte sentido de unidade internacional, dada a luta comum contra absolutismo (e em menor grau, contra o capitalismo) e a convivência no exílio. O saldo internacional das revoluções de 1830, cujas forças se viam em luta contra a união das aristocracias feudais europeias sob a liderança do czar, foi a divisão política do continente em dois. Em geral, a oeste do Reno a burguesia

⁴ Nesse artigo, publicado muitos anos depois da *NGR*, Engels esclarece a insígnia, o programa, a política externa e os motivos que os levaram a ter determinada posição na conjuntura. Notamos, inclusive, a ligação direta entre o conteúdo da *NGR* e do *Manifesto do partido comunista*, publicado em 1848. Engels ressalta também a concordância com Marx, pois tudo o que escrevia passava pela aprovação do editor-chefe.

triunfou; a leste a situação permaneceu como antes, pois todas as insurreições foram esmagadas. (Hobsbawm, 2013; Krippendorff, 1979)

O ano de 1830 foi o prelúdio de 1848. Com maior intensidade e de maior alcance, iniciou-se com veemência em 24 de fevereiro com a derrubada da monarquia constitucional francesa governada por Luís Felipe I, o rei burguês, e a proclamação da república no país. A partir de seu centro detonador, Paris, espalhou-se rápida e amplamente por uma área que hoje compreende França, Alemanha, Itália (quase todos os pequenos estados alemães e italianos tornaram-se constitucionais), Tchéquia, Eslováquia, Polônia, Áustria, Hungria, Romênia e os Balcãs. Nenhum governo ficou de pé. Efeitos severos foram sentidos na Bélgica, na Suíça, na Dinamarca e na Grã-Bretanha, nesta com mobilizações do movimento cartista. O mapa abaixo ilustra a conjuntura.

Figura 1. Mapa: a Europa em 1848



Fonte: Costa e Mello, 2008, p. 398.

Em geral, com exceção da França onde os revolucionários lutavam por uma república que atendesse demandas populares e pelo alargamento da democracia burguesa, às vezes com contornos socialistas, nos outros países a luta era pela derrubada do feudalismo e do absolutismo. (Hobsbawm, 2018; Droz, 1974) Obviamente em cada Estado houve peculiaridades e forças políticas distintas no processo revolucionário, contudo Hobsbawm (2018) aponta suas características comuns. Primeiro, todas foram vitoriosas, mas rapidamente derrotadas. Na França o proletariado foi isolado e derrotado em junho de 1848 e a república durou dois anos e meio. Na Europa Centro-Oriental, via de regra, foram esmagadas pelos exércitos austríacos e russos. Porém, no Império Austro-Húngaro a servidão foi abolida. Segundo, suas forças motrizes foram trabalhadores pobres, alimentados pela fome. A burguesia e a classe média estavam mais preocupadas com a radicalidade do proletariado do que com o velho regime. O embate central das classes e frações de classe não era o novo contra o velho, era a ordem contra a revolução, como ficou claro na derrota desta na França em junho de 1848. Terceiro, a burguesia preferia conservar a ordem do que pôr em prática seu programa completo,

quando sua propriedade foi confrontada. Os conservadores se uniram em monarquias constitucionais limitadas e a aristocracia feudal estava disposta a fazer concessões ao liberalismo. A revolução era perigosa demais e as exigências liberais poderiam ser alcançadas sem ela. A onda de 1848 poderia ter sido de revoluções burguesas internacionais, mas a burguesia fugiu dela e, particularmente, a burguesia francesa preferiu estabilidade social em casa aos perigos à ordem. A burguesia deixou de ser uma classe revolucionária. Quarto, os trabalhadores estavam pouco organizados, sem liderança e se caracterizavam por massas famintas concentradas em grandes cidades. Socialistas e comunistas eram minorias. Tinham clareza da tática da insurreição, mas não tinham estratégia, muito menos programa comum. Quinto, governantes e classe dominantes aprenderam a importância de influenciar a “opinião pública”, uma vez que a revolução e sua contenção passaram a estar na ordem do dia. A ordem era desorganizar o proletariado.

2.2. As conjunturas políticas francesa e alemã⁵

A França entre 1830 e 1848 era uma monarquia constitucional, a Monarquia de Julho inaugurada com a revolução de julho de 1830, em que a burguesia já era classe dominante. O rei Luís Felipe I promoveu reformas políticas e econômicas que beneficiaram principalmente a grande burguesia (a grande base parlamentar do rei), o que, por outro lado, fê-lo enfrentar uma permanente agitação social, com motins e revoltas durante todo o seu governo. François Guizot, ministro-chefe da monarquia de julho e presidente do conselho, reprimiu com violência as organizações republicanas e sindicais; o direito de associação e reuniões públicas eram proibidos.

Em 22 de fevereiro de 1848 o proletariado parisiense se revoltou, tomou as ruas e transformou-as em uma cidade barricada. Luís Felipe abdicou, fugiu para a Inglaterra e Guizot renunciou. O governo provisório, coalizão entre a grande burguesia, a pequena burguesia e o proletariado, proclamou a segunda república (1848-1852) e convocou eleições para a assembleia constituinte. Eleita por sufrágio universal, os representantes da burguesia foram os grandes vitoriosos. No governo, o proletariado foi isolado no Ministério do Trabalho e, na sociedade, as reivindicações dos trabalhadores por uma república social e democrática não foram atendidas, o que os levou novamente à insurreição e às barricadas em junho, as jornadas de junho. A então assembleia nacional constituinte declarou estado de sítio e nomeou o ministro da guerra, Louis-Eugène Cavaignac, chefe do poder executivo, com o objetivo de combater a revolução. O proletariado foi massacrado pelo Estado francês na figura de Cavaignac, associações políticas foram controladas pela polícia, reuniões públicas foram proibidas e jornais suspensos. Em 4 de novembro a constituição foi promulgada, na qual foi estabelecida a república presidencialista e a eleição legislativa por sufrágio universal, e eleições foram convocadas para 10 de dezembro. Luís Bonaparte as venceu e governou a segunda república até seu golpe de Estado em 1852, que inaugurou o Segundo Império (1852-1870).

⁵ Para reconstruir a conjuntura francesa e alemã, objetos principais da análise de Marx e Engels na NGR, beneficiamo-nos novamente e seguimos as indicações do trabalho de Lívia Cotrim (2020a; 2020b), citado anteriormente.

Assim como a França, a Confederação Germânica (e também a Itália) esteve na zona central das revoluções de 1848. A Confederação era composta pelo reino da Prússia, pelo Império Austríaco e por outros 39 estados alemães, cujas formações sociais eram constituídas pelo Estado absolutista e pelo modo de produção feudal – ainda que o desenvolvimento de relações capitalistas em algumas regiões já confrontassem as relações feudais.⁶ As notícias da revolução na França chegaram ao outro lado do Reno à burguesia democrática e ao proletariado; a insurreição começou no Estado de Baden em março de 1848 e se alastrou para outros Estados, incluindo Prússia e Áustria. Além dos princípios liberais defendidos pela burguesia e da melhora das condições de vida e de trabalho defendidas pelo proletariado, em geral os revolucionários exigiam liberdades civis – expressão, imprensa, reunião, associação – e políticas – votar e ser votado –, constituições escritas e criação de parlamentos (uma democracia burguesa). Nos Estados Alemães foi constituída a Assembleia Nacional de Frankfurt, para criar uma nova constituição para toda a Confederação e promover a unificação nacional. Na Prússia o rei Frederico Guilherme IV cedeu à pressão popular e prometeu uma constituição, um parlamento e apoio à unificação alemã, sob seu governo. Na Áustria, o ministro-chefe Metternich renunciou e o imperador Fernando I se exilou na Inglaterra. Em geral, a revolução de março impactou a Confederação Germânica de modo que a classe dominante – a aristocracia feudal – e os monarcas aceitaram algumas das exigências dos revolucionários, ainda que temporariamente.

Em 1848, na Prússia, foi estabelecida a Assembleia Nacional prussiana, que não foi capaz de elaborar uma nova constituição. Sua correlata, a Assembleia Nacional de Frankfurt (1848-1849) chegou a promulgar em março de 1849 a constituição de Frankfurt, que fundou o Império Alemão (1848-1849) sob princípios da democracia parlamentar. Essa constituição, que territorialmente deixou de fora a Áustria, atendia as principais exigências dos movimentos liberais-nacionalistas e garantia um conjunto de direitos básicos. Constituiu uma monarquia constitucional liderada por um imperador hereditário (Kaiser), que seria o próprio Frederico Guilherme IV. O Parlamento Prussiano, o de Frankfurt e outros na Alemanha, além de conquistas sociais, que eram fruto da revolução de março e das forças democráticas alemãs, foram majoritariamente resultados da força motriz da revolução, o proletariado, do que da mobilização da burguesia. Esta, vacilante e conciliadora, capitulou diante do restauracionismo. Nesse sentido, os parlamentos sofreram com as forças reacionárias da monarquia. Guilherme IV outorgou uma nova constituição monárquica na Prússia, não aceitou o título de imperador pela assembleia de Frankfurt, o parlamento foi dissolvido pelos militares, houve perseguição política e repressão e os Estados Alemães voltaram aos seus *status* de antes. Na Áustria uma nova constituição monárquica foi proclamada em 4 de março de 1849, que determinava que todo o Império Austríaco não entraria na nova Alemanha. Então, na Prússia o cargo de ministro-chefe (chanceler) foi confiado a Otto von Bismarck, que conduziu pelo alto, a ferro e sangue, o desenvolvimento do

⁶ O desenvolvimento do capitalismo sob domínio do modo de produção feudal era possível, uma vez que o próprio processo de reprodução (ampliada) do capitalismo, a partir da produção industrial de mercadoria, da busca de mercados e de lucros e da concorrência, é expansivo. Esse processo extrapola as fronteiras nacionais, o que leva o capital – como relação social – a regiões distantes da sua origem, nas quais se estabelecem novas relações de produção (relações capitalistas), a depender das condições econômicas e políticas locais e internacionais.

capitalismo e a unificação na Alemanha com protagonismo de um Estado ditatorial, revolucionado (parcialmente) pela onda de 1848. Essa foi a chamada via prussiana de desenvolvimento do capitalismo.

Por fim, uma consideração conceitual sobre o que foi escrito nessa seção. Nas análises de Marx e Engels sobre as conjunturas, percebemos – com o auxílio da escola althusseriana (Althusser *et al.*, 1979; 1980; Althusser, 1979) – que os mestres do materialismo histórico trabalharam com as ideias de modo de produção e transição de um modo de produção ao outro. Modo de produção designa uma articulação entre estruturas diversas, um todo complexo e articulado, que se reproduz no tempo e no espaço (modo de produção escravista, feudal, capitalista) e na prática significa a reprodução de uma formação social realmente existente (a França, a Prússia etc.). A transição de um modo de produção para outro ocorre pelo desajuste entre a estrutura política e a estrutura econômica: o Estado que “avançou” como resultado de uma revolução política, de um lado, e a estrutura econômica que “ficou para trás”, presa no antigo modo de produção. (Boito Júnior, 2007, p. 55) Esse processo está alicerçado em uma dimensão cumulativa do modo de produção: o desenvolvimento das forças produtivas. (Boito Júnior, 2007; Saes, 1994) Essa dimensão própria de todo modo de produção cria as condições para a transformação de grupos sociais em classes sociais antagônicas, um antagonismo político que o marxismo denomina luta de classes.⁷

A revolução política mencionada, no caso do modo de produção feudal, é a revolução política burguesa, na qual uma classe teve o interesse e a capacidade política para dirigir o processo.⁸ Classe essa que se originou no desenvolvimento da estrutura econômica feudal, do comércio, das cidades e da manufatura do período que antecede a formação do capitalismo na Europa. O desenvolvimento das forças produtivas abriu possibilidades novas. (Boito Júnior, 2007, p. 57) Mas seja em qualquer modo de produção, a afirmação geral aqui é que a transição exige uma mudança prévia no Estado (fator de coesão de uma sociedade dividida em classes), o que abre um período de transição. A transformação da estrutura política, por antecipação, enseja a construção de novas relações de produção e abre caminho para o desenvolvimento das forças produtivas.

Assim, à luz desses conceitos, a Revolução Francesa de 1789 foi uma revolução política burguesa, na qual a burguesia foi efetivamente força dirigente e se alçou à condição de classe dominante. Essa revolução política burguesa abriu um período de transição de modo de produção, com avanços e retrocessos e com o abandono do caráter de classe revolucionária pela burguesia, quando já tinha destruído os entraves feudais ao novo modo de produção. Assim, em 1848 a burguesia aceitou reformas políticas no modo de produção capitalista (fevereiro de 1848), mas não aceitou a transição de

⁷ É preciso distinguir conflito e luta de classe, como indica Boito Júnior (2007). O conflito designa a disputa pela redistribuição da riqueza produzida no modo de produção, sem colocar em questão sua organização. A luta designa a disputa pelo modo de produção – feudal, capitalista, socialista – que se pretende como organização social.

⁸ Na tradição marxista existe diferença entre força dirigente e força motriz. A força motriz se refere à mobilização que causa a ação, enquanto a força dirigente se refere à liderança e à capacidade de conduzir o processo político com seu próprio interesse.

modo de produção (junho de 1848) e esmagou a possibilidade de revolução socialista. Já a Alemanha em 1848 era ainda uma formação social com marcantes traços feudais em que a burguesia não era classe dominante. Na revolução política de 1848 a burguesia não foi força dirigente, ou, na melhor das hipóteses, foi uma força dirigente vacilante e conciliadora, impulsionada pelo proletariado. Este, a força motriz da revolução, por sua vez, não teve condições de assumir o papel de força de dirigente. Veremos que a ausência dessa força está no motivo da forte reação feudal. Contudo, em geral, a revolução alemã – apesar de derrotada – teve o caráter burguês, pois alterou parcialmente o tipo de Estado (absolutista) e abriu um período de transição ao modo de produção capitalista capitaneado pelo próprio Estado, não pela burguesia.

3. As análises de Marx e Engels na *Nova Gazeta Renana*

3.1. As lutas de classes e as revoluções

O desenvolvimento do capitalismo na França na primeira metade do século XIX impôs ao proletariado parisiense a mobilização e a formação de classe que balizaram tanto as reações da burguesia quanto a agitação de outras classes trabalhadoras do continente. Marx examinou no calor do momento as jornadas de junho, de 1848, e afirmou que a “revolução de junho é o centro em torno do qual giram a revolução e a contrarrevolução europeias”. (Marx, 2020t, p. 271) Contudo, a derrota da revolução revelou o antagonismo e as incompatíveis posições das classes sociais e das suas instituições representativas, pois, de um lado, o proletariado lutava por melhores condições de vida, contra a exploração e a dominação de classe, e por outro tipo de sociedade (o que não era um projeto esclarecido e definido). De outro, a burguesia lutava contra o proletariado – queria-o domesticado –, em nome da ordem social fundada com a revolução burguesa de 1789.

A *Fraternité*, a fraternidade das classes antagônicas, uma das quais explora a outra, essa *Fraternité* proclamada em fevereiro, escrita com grandes letras maiúsculas na testa de Paris, em todas as prisões, em todas as casernas – sua expressão verdadeira, não falsificada, sua expressão prosaica é a guerra civil, a guerra civil em sua figura mais terrível, a guerra do trabalho contra o capital. [...] A fraternidade durou enquanto o interesse da burguesia esteve irmanado ao interesse do proletariado.

[...] A Revolução de Fevereiro foi a bela revolução, a revolução da simpatia geral, porque os antagonismos que eclodiram nela contra a realeza, não desenvolvidos, dormitavam em comum acordo um ao lado do outro, porque a luta social que constituía seu fundamento alcançara apenas uma existência etérea, a existência de uma frase, da palavra final. A Revolução de Junho é a revolução odiosa, a revolução repulsiva, porque o fato ocupou o lugar da frase, porque a república desnudou a própria cabeça do monstro, ao lhe derubar a coroa protetora e dissimuladora.

[...] Ordem! Trovejavam suas metralhas, enquanto estraçalhavam o corpo do proletariado.

Nenhuma das inúmeras revoluções da burguesia francesa desde 1789 foi um atentado à ordem, pois deixaram subsistir a dominação de classe, escravidão do trabalhador, ordem burguesa, por mais que a forma política dessa

dominação e dessa escravidão mudasse. Junho atentou contra esta ordem. Ai de junho! (Marx, 2020e, p. 124)

Os antagonismos e as incompatíveis posições de classe na conjuntura francesa foram examinados por Marx e Engels em uma série de artigos da *NGR*⁹, pois para eles a França era o epicentro da revolução. Marx, particularmente, distinguiu revoluções burguesas das revoluções proletárias. Naquelas, os interesses da burguesia foram dominantes de modo a instaurar sua própria dominação de classe e a escravidão do trabalhador assalariado, como foram desde 1789; nestas, as demandas do proletariado precisaram irromper por meio da insurreição contra a ordem burguesa, como nas Jornadas de 1848, com manifestações de rua, barricadas, greves e conflitos armados. Nesse mesmo sentido, Marx realçou a necessidade de dissipação de ilusões ao tratar da Revolução de Fevereiro de 1848, na qual, em aliança com a burguesia republicana e com democratas pequeno-burgueses, o proletariado derrubou a monarquia e instituiu a república e o governo provisório. A república, acompanhada de liberdades de expressão e organização e sufrágio universal, provocou a ilusão da abolição da dominação burguesa. (Marx, 2020y) Porém, logo a luta da burguesia contra o proletariado tratou de eliminar direitos civis e políticos e, mais uma vez, realçou o antagonismo e a incompatibilidade das posições de classe, os quais sob o véu da república burguesa consistiam no desenvolvimento e na manutenção das contradições entre capital e trabalho, das relações de produção. Apesar de Marx (2020ab) indicar que as posições e os objetivos do proletariado ainda não ultrapassavam os limites do pensamento burguês, o processo político de fevereiro (a revolução da simpatia geral) a junho (a revolução odiosa), esta na “ausência de toda ilusão” (Engels, 2020e, p. 116), trouxe à baila a natureza da luta de classes. Foi uma luta fratricida de acordo com Engels:

O que mais se destaca nessa batalha desesperada é a fúria com a qual os “defensores da ordem” combatem. Eles, que antes tinham nervos tão sensíveis para cada gota de sangue burguês, que tiveram mesmo acessos sentimentais diante da morte de guardas municipais, em 24 de fevereiro, esses burgueses matam os trabalhadores a tiros como animais selvagens. Nas fileiras da guarda nacional, na Assembleia Nacional, nenhuma palavra de compaixão, de conciliação, nenhum sentimentalismo de qualquer tipo, mas sim uma violenta irrupção de ódio, uma fúria fria contra os trabalhadores rebelados. A burguesia conduz contra eles, com clara consciência, uma guerra de aniquilação. Vencendo nesse momento ou sucumbindo, de todo modo, os trabalhadores se vingarão dela de modo terrível. Depois de um tal combate como o das três Jornadas de Junho, a única possibilidade que resta é o *terrorismo*, seja exercido por um ou por outro partido. (Engels, 2020f, p. 123)

As análises dos amigos de letras e lutas sobre a conjuntura francesa nas páginas da *NGR* foram claras e mostraram que a república burguesa, que desnudou a cabeça do monstro, evidenciou o inimigo estrutural do proletariado: a burguesia, o capital, seus representantes. Tais análises podem ser resumidas na seguinte passagem: “O despotismo burguês, muito longe de ter sido vencido, foi consumado pela revolução de

⁹ Marx o faz com ênfase nos artigos de número 27, 29, 133, 142, 169 e 177. (Marx, 2020d; 2020e; 2020l; 2020t; 2020y; 2020ab) Engels, nos números 28, 29, 31 e 32. (Engels, 2020e; 2020f; 2020g; 2020h; 2020i) Como ele mesmo escreveu, destacou a descrição militar das batalhas. (Engels, 2020e)

fevereiro. A coroa, a última aparência feudal sagrada que encobria o domínio da burguesia, foi rechaçada. O domínio do capital emergiu de modo puro". (Marx, 2020l, p. 250-251)

A república era, portanto, o Estado de classe, a instituição que organiza a dominação de classe, no caso francês, a dominação burguesa. Os poucos parágrafos que Marx dedicou ao tipo de Estado foram justamente para dizer que, além de ser em geral um fator de conservação em todas as sociedades divididas em classe, o Estado moderno é classista, atende prioritariamente aos interesses da classe dominante. Ao comentar sobre impostos, escrevia Marx: "Nos estados modernos, o direito de concessão ou negação de imposto transformou-se num controle da sociedade burguesa sobre o comitê administrativo de seus interesses gerais, o governo". (Marx, 2020af, p. 457)

Se na França a luta entre a burguesia e o proletariado foi o embate central, na Alemanha o modo de produção capitalista convivia com forças feudais, o Estado absolutista se tornara um entrave para a burguesia e outro tipo de luta de classes se configurava. Na análise da conjura alemã, destacamos os artigos que levam o título de *A burguesia e a contrarrevolução* (Marx, 2020x; 2020y; 2020z; 2020aa), os quais em conjunto são uma espécie de síntese do processo político em questão. Neles Marx identificou três forças na conjuntura alemã: a aristocracia feudal¹⁰, grandes proprietários de terra (*junkers*) que controlavam os principais postos da burocracia do Estado e tinham como seu principal representante político o rei Frederico Guilherme IV (a Coroa); a burguesia e suas frações, com destaque para fração industrial, que tinha representação na Dieta Unificada – um parlamento estamental feudal convocado pelo rei para atrair recursos para o Estado – e, após a revolução, na Assembleia de Frankfurt, com mais força; e o povo, composto por proletários urbanos e camponeses e pequeno-burgueses, representado pelo partido democrático. Um mês após a revolução de fevereiro na França, essas três forças se mobilizaram na revolução de março na Alemanha, que abalava as relações de produção feudais e o Estado absolutista. Sua força motriz era o proletariado, com formas de ação e objetivos semelhantes aos franceses – com a diferença do projeto de sociedade, pois se inspiravam nos países onde já haviam ocorrido revoluções burguesas. Porém a burguesia, mesmo interessada em expandir sua representação política e suas atividades econômicas, não se propôs a trilhar o caminho revolucionário; resolveu conciliar com a aristocracia feudal. (Marx, 2020q; 2020r) "A burguesia tinha chegado ao poder através da revolução. No dia em que ela tomou o poder, despontou também o dia do vencimento da letra. A burguesia teve de deixar *protestar* o título". (Marx, 2020z, p. 327) E, em um momento posterior, resolveu massacrar o proletariado: "[...] porque a burguesia pretendia passar, do período da traição *passiva* ao povo em favor da Coroa, ao período de subjugação *ativa* do povo sob seu domínio em compromisso com a Coroa". (Marx, 2020z, p. 329)

¹⁰ Marx afirmou que essa classe estava aburguesada, o que abria caminho para a burguesia reivindicar maior poder político. "Em lugar de fidelidade, amor e fé, [a aristocracia feudal] traficava agora, principalmente, com beterrabas de açúcar, aguardente e lã. Seu torneio principal tornara-se o mercado de lã. De outro lado, o Estado absolutista, cuja base social havia desaparecido sob seus pés, como por encanto, com o curso do desenvolvimento, tornara-se assim um entrave para a nova sociedade burguesa, com seu modo de produção modificado e suas necessidades alteradas. Era preciso que a burguesia reivindicasse sua parte no domínio político, desde logo pelos seus interesses materiais". (Marx, 2020x)

A longa passagem a seguir resume as revoluções burguesas na Europa e particularmente a revolução alemã:

A burguesia prussiana havia sido arremessada à cumeeira do Estado, mas não como o havia desejado, através de uma *transação pacífica com a Coroa*, mas por uma *revolução*. Não eram seus próprios interesses, mas os *interesses do povo* que ela devia representar contra a Coroa, ou seja, contra *si mesma*, pois fora um *movimento popular* que lhe havia aberto o caminho. Mas, a seus olhos, a Coroa era apenas, por graça divina, o guarda-chuva debaixo do qual deviam ser escondidos seus próprios interesses profanos. Traduzida em linguagem constitucional, a inviolabilidade de seus próprios interesses e das formas políticas a eles correspondentes deviam significar: *Inviolabilidade da Coroa*. Daí o entusiasmo da burguesia alemã, especialmente da burguesia prussiana, pela *monarquia constitucional*. Assim, se a revolução de fevereiro, inclusive suas dores alemãs do puerpério, foi bem-vinda para a burguesia prussiana, pois jogou-lhe nas mãos a direção do Estado, foi também para ela um embaraço, dado que seu domínio ficou ligado a condições que não queria, nem podia satisfazer. A burguesia não havia movido um dedo. Havia permitido ao povo que se batesse por ela.

[...] Não se deve confundir a *revolução prussiana* de março, nem com a revolução *inglesa* de 1648, nem com a revolução *francesa* de 1789.

Em 1648, a burguesia estava aliada com a nobreza moderna contra a monarquia, aristocracia feudal e a igreja dominante.

Em 1789, a burguesia estava aliada com o povo contra a monarquia, a nobreza e a igreja dominante. A revolução de 1789 não tinha outro modelo (ao menos na Europa) que a revolução de 1648, e a revolução de 1648, somente a sublevação dos Países Baixos contra a Espanha. As duas revoluções estavam um século adiante dos seus modelos, não apenas no tempo, mas também no conteúdo.

Nas duas revoluções, a burguesia era a classe que efetivamente estava na ponta (*Spitze*) do movimento. *O proletariado e as frações das classes médias não pertencentes à burguesia* ou não tinham ainda interesses distintos da burguesia, ou ainda não formavam classes ou frações de classe desenvolvidas de modo independente. Por conseguinte, onde elas se opuseram à burguesia, como, por exemplo, de 1793 a 1794, na França, não lutaram a não ser pela imposição dos interesses da burguesia, embora não *ao modo* da burguesia. *Todo o Terror na França* não foi nada mais do que *uma maneira plebeia* de acabar com os inimigos da burguesia, o absolutismo, o feudalismo e o espírito pequeno-burguês.

As revoluções de 1648, de 1789, não foram revoluções *inglesa* e *francesa*, foram revoluções de tipo (*Stils*) europeu. Não foram o triunfo de uma *determinada classe* da sociedade sobre a *velha ordem política*; foram a *proclamação da ordem política para a nova sociedade europeia*. Nela triunfou a burguesia; *mas o triunfo da burguesia* foi então o *triunfo de uma nova ordem social*, o triunfo da propriedade burguesa sobre a propriedade feudal, da nacionalidade sobre provincialismo, da concorrência sobre o corporativismo, da partilha sobre o morgado, do domínio do proprietário de terra sobre a dominação do proprietário através da terra, do esclarecimento sobre a superstição, da família sobre o nome da família, da indústria sobre a preguiça heroica, do direito burguês sobre os privilégios medievais.

[...] Não houve nada disso na *revolução prussiana de março*.

A revolução de fevereiro [na França] suprimira a monarquia constitucional efetivamente e a dominação da burguesia na ideia. A revolução prussiana de março devia *criar* a monarquia constitucional na ideia e a dominação da burguesia na efetividade. Bem longe de ser uma *revolução europeia*, era apenas o retardado eco débil de uma revolução europeia num país atrasado.

[...] A burguesia alemã tinha se desenvolvido com tanta indolência, covardia e lentidão que, no momento em que se ergueu ameaçadora em face do feudalismo, e do absolutismo, percebeu diante dela o proletariado ameaçador, bem como todas as frações da burguesia, cujas ideias e interesses são aparentados aos do proletariado. E tinha não apenas uma classe *detrás* de si, *diante* dela toda a Europa a olhava com hostilidade. A burguesia prussiana não era, como a burguesia francesa de 1789, a classe que diante dos representantes da antiga sociedade, da monarquia e da nobreza, encarnava *toda* a sociedade moderna. Ela havia decaído ao nível de uma espécie de *casta*, tanto hostil à Coroa como ao povo, querelando contra ambos, mas indecisa contra cada adversário seu tomado singularmente, pois sempre via ambos diante ou detrás de si; estava disposta desde o início a trair o povo e ao compromisso com o representante coroado da velha sociedade, pois ela mesma já pertencia à velha sociedade; representando não os interesses de uma sociedade nova contra uma sociedade velha, mas interesses renovados no interior de uma sociedade envelhecida; ao leme da revolução não porque o povo estava atrás dela, mas porque o povo a empurrava à sua frente; na ponta não porque representava a iniciativa de uma nova época social, mas o rancor de uma época social velha; não era um estrato social do velho Estado, que havia irrompido, mas tinha sido projetada por um terremoto à superfície do novo Estado; sem fé em si mesma, sem fé no povo, rosnando para os de cima, tremendo diante dos de baixo, egoísta em relação aos dois lados e consciente de seu egoísmo, revolucionária contra os conservadores, conservadora contra os revolucionários [...]; assim se encontrava a *burguesia prussiana* depois da revolução de março ao leme do Estado prussiano. (Marx, 2020y, p. 322-325)

Assim como para a conjuntura francesa, Marx retomou para a conjuntura alemã o contraste entre as revoluções europeias. Tanto as revoluções inglesa de 1648 e a francesa de 1789, quanto a alemã de 1848 foram revoluções políticas burguesas, isto é, transformaram o Estado e abriram um período de transição para a construção de novas relações de produção. Contudo, na Inglaterra e na França a burguesia era a classe que efetivamente estava na ponta do movimento (força dirigente) e foi ao mesmo tempo agente do processo e arquiteta do novo modo de produção – é isso que Marx chama de revolução europeia. Já a burguesia alemã não assumiu a direção do processo nem arquitetou um novo modo de produção; foi lançada ao poder governamental pelo proletariado, fez reformas de acordo com seus interesses imediatos e tomou parte na reação feudal. “[...] a revolução alemã de 1848 é apenas *paródia da Revolução Francesa de 1789*. [...] em um dia o povo francês deu cabo dos encargos feudais. [...] quatro meses após as barricadas de março, os encargos feudais deram cabo do povo alemão [...]”. (Marx, 2020h, p. 172)

O que mais contrasta, na realidade, é o papel da burguesia na contrarrevolução. (Marx, 2020aa) Na França a burguesia deixou de ser classe revolucionária e passou para o terreno da contrarrevolução (a repressão às jornadas de junho) depois de destruir os

obstáculos do seu caminho para se tornar classe dominante; apresentou-se com a protagonista da sua própria contrarrevolução. Na Alemanha a burguesia se rebaixou à caudatária da monarquia absolutista antes mesmo de garantir as condições de seu poder político e de se tornar classe dominante; fez a contrarrevolução para a aristocracia feudal. “Na França, ela venceu para humilhar o povo. Na Alemanha, ela se humilhou para que o povo não vencesse. A história inteira não mostra outra miséria tão ignominiosa como a da burguesia alemã”. (Marx, 2020p, p. 260) A burguesia alemã se envolveu em uma contrarrevolução que lhe rendera a perda do poder político.

24

No mesmo sentido, Engels¹¹ escreveu:

A revolução teve, pois, duas séries de resultados, que deviam necessariamente se contrapor. O povo vencera, conquistara a liberdade de natureza decididamente democrática; mas o domínio imediato não passou para suas mãos, mas para as da grande burguesia. Em uma palavra, a revolução não se consumou. O povo deixou à grande burguesia a constituição de um ministério, e a grande burguesia demonstrou imediatamente suas tendências oferecendo uma aliança, à velha nobreza prussiana e à burocracia [...].

A alta burguesia, desde sempre antirrevolucionária, por medo do povo, isto é, dos trabalhadores e da burguesia democrática, firmou uma aliança defensiva e ofensiva com a reação.

Os partidos reacionários unidos iniciaram sua luta contra a democracia, *pondo em questão a revolução*. A vitória do povo foi negada; a famosa lista dos “17 militantes mortos” foi fabricada; os lutadores das barricadas foram difamados de todos os modos possíveis. E isso não bastou. O ministério permitiu que a Dieta Unificada convocada antes da revolução se reunisse de fato e redigisse *post festum* a transição legal do absolutismo para a constituição. Desse modo, a revolução foi diretamente negada [...].

A revolução foi, portanto, de fato posta em questão, e pôde ser posta em questão porque foi somente meia revolução, só o começo de um longo movimento revolucionário.

Aqui não podemos detalhar por que e até que ponto o domínio momentâneo da alta burguesia é, na Prússia, uma etapa necessária da transição para a democracia e por que a alta burguesia, imediatamente após sua ascensão ao trono, se bandeia para a reação. (Engels, 2020a, p. 85-86)

Na conjuntura alemã, em específico, a revolução de março forçou o rei Frederico Guilherme IV na Prússia a criar em 29 de março um ministério composto por representantes da burguesia, como Ludolf Camphausen, então primeiro-ministro do governo prussiano no chamado ministério Camphausen. Ele era responsável por promover reformas liberais, convocar uma assembleia constituinte e promulgar uma nova constituição. O que a burguesia fez, no ministério Camphausen, foi convocar os membros da velha Dieta Unificada e com eles promulgar as leis para a eleição de uma assembleia constituinte, além de um empréstimo para Coroa. Essa convocação signifcou a conciliação entre a burguesia e a aristocracia feudal e a defesa da tese segundo a

¹¹ Engels (2020a; 2020b; 2020c; 2020d) destaca os debates parlamentares sobre a revolução, assim como a capitulação da burguesia, em uma série de artigos publicados em junho e intitulados *O debate sobre a revolução em Berlim*.

qual a nova constituição deveria derivar da velha constituição monárquica: transformar a constituição por meios legais, uma transição mediada, sem rupturas, pelo alto e sem participação popular. A esse entendimento político conciliatório entre as classes Marx e Engels deram o nome de ententismo (Marx, 2020a; Engels, 2020a) mediante o qual a burguesia e a Coroa “Servem-se reciprocamente de para-raios da revolução”. (Marx, 2020z, p. 325) O resultado da conciliação foi a convocação de eleições indiretas para e a formação da Assembleia Nacional Prussiana (ANP), em Berlim, uma assembleia ententista para elaborar uma constituição ententista, sem remover as velhas instituições. (Marx, 2020i) Pressionado pela mobilização popular de um lado e pela Coroa do outro, Camphausen demitiu-se em 20 de junho de 1848.

David Hansemann e Rudolf von Auerswald, representantes da burguesia, assumiram o gabinete para transformar o ministério da mediação de Camphausen em ministério da ação, contra o povo, o chamado ministério Hansemann. (Marx, 2020aa) Marx resumiu a partir das palavras de Hansemann programa da burguesia no ministério:

Modificações das condições mais essenciais, incompatíveis com a nova ordem estatal, liberação da propriedade dos vínculos que paralisa o seu *uso vantajoso* em grande parte da monarquia, reorganização do sistema judiciário, reforma da legislação fiscal, em particular a *abolição* das isenções de impostos, etc. e sobretudo o fortalecimento do *poder estatal*, necessário à tutela da liberdade conquistada (pelos burgueses) contra a reação (desfrute da liberdade no interesse dos feudais) e contra a anarquia (desfrute da liberdade no interesse popular) e para o *restabelecimento da confiança perdida*. (Hansemann *apud* Marx, 2020aa, p. 330)

Enquanto as medidas contra a aristocracia feudal não foram asseguradas, as ações contra a anarquia, contra o movimento revolucionário, foram colocas em prática, com perseguições e prisões de lideranças populares e mediante o fortalecimento do aparelho estatal feudal prussiano, como o judiciário e o exército. O ministério Hansemann se afirmava como o ministério da polícia (Marx, 2020f) e tal qual Camphausen acreditava que ao estar a serviço da aristocracia feudal também estava a serviço da burguesia. (Marx, 2020aa)

Além dos aumentos de impostos que descontentaram todas as classes sociais, como resultado geral o ministério Hansemann, ao operar a contrarrevolução burguesa, possibilitou a contrarrevolução feudal. Traiu seus aliados de primeira hora, os camponeses proprietários (Marx, 2020g e 2020h), que buscavam defender a propriedade individual contra os privilégios feudais, mas estes a burguesia foi incapaz de atacar. Diante da reação feudal e sua recusa de submissão à burguesia, Hansemann renunciou em 21 de setembro de 1848. Foi sucedido pelo ministério Pfuel e posteriormente pelo ministério Brandenburg, este sim um ministério da aristocracia feudal, abertamente contrarrevolucionário. A aristocracia feudal aceitava a aniquilação da mobilização popular, mas não o fim das bases que a sustentavam como classe dominante. Todavia o programa da burguesia não poderia ir adiante sem entrar em confronto com as relações de produção feudais. Então, dada a posição conciliadora da burguesia com a monarquia, esta “[...] não se deixou persuadir pela burguesia e respondeu à sua meia revolução com uma completa contrarrevolução” (Marx, 2020r, p. 267), representada pelo ministério de Brandenburgo. (Marx, 2020q)

Tal ministério levava esse nome pois tinha sido transferido para a cidade de Brandenburgo, longe da agitação revolucionária, assim como a ANP. Sem ele, à burguesia restava a maioria na Assembleia, que foi dissolvida por decreto real em 05 de dezembro de 1848. (Marx, 2020v) A Coroa outorgou a constituição com dispositivos feudais por meio dos quais o rei poderia decretar leis, dissolver parlamentos e substituir ou abandonar a própria constituição. Em geral, a nova constituição manteve as relações de produção e a dominação de classe feudais. À burguesia o preço foi impostos para manter o Estado absolutista, ordenamentos que obstruíam o desenvolvimento e a acumulação de capital e um código industrial danoso ao desenvolvimento do trabalho assalariado, das forças produtivas e da concorrência, isto é, a “[...] imposição de uma organização industrial contraposta aos modernos meio de produção em que a indústria desmanchou no ar!”. (Marx, 2020ad, p. 387) A outorga da constituição marcou a derrota da revolução burguesa e do movimento popular revolucionário, marcou o que Marx chama de miséria alemã.

Se, para a conjuntura francesa, Marx havia indicado que o Estado burguês era um Estado de classe, para conjuntura alemã – também sem uma atenção exclusiva, em muitos poucos parágrafos –, Marx indicava que o Estado feudal era legal e burocraticamente um Estado de classe. Seu caráter de organização da dominação da aristocracia feudal estava inscrito expressamente no direito e na burocracia monárquicos, sem o véu da república burguesa. Mas aqui Marx foi além e percebeu que o Estado, moderno ou pré-moderno, é a concentração do poder político na sociedade e, portanto, o alvo da revolução e chave da transformação estrutural: “Toda a situação política provisória posterior a uma revolução exige uma ditadura, e ademais uma ditadura energética. Criticamos Camphausen desde o início por não ter agido ditatorialmente, por não ter destruído e removido imediatamente os restos das velhas instituições”. (Marx, 2020i, p. 206) Marx criticou a burguesia alemã por não ter destruído o Estado absolutista e suas velhas instituições e, consequentemente, o conjunto das relações feudais, quando esteve no poder executivo. Assim, não só manteve as velhas relações de produção como não impulsionou as novas relações de produção e o desenvolvimento das forças produtivas via revolução política do Estado.

As análises de Marx sobre as classes dominadas, ainda na conjuntura alemã, demonstram que o desenvolvimento das relações de produção capitalistas na Alemanha ensejou a formação de um povo composto por “pequenos burgueses à beira da ruína”, “camponeses oprimidos por hipotecas e agiotagem” e “um proletariado que definhava sob a fúria regulamentadora dos burocratas e dos lucros burgueses”. (Marx, 2020ae, p. 403) Para Marx, o povo foi a força motriz da revolução de março. As análises passam pelas lutas populares, mas também pelas condições miseráveis da população em geral, pelas condições de exploração dos trabalhadores e pela repressão ao movimento revolucionário, com restrições a direitos civis e políticos, perseguição e prisão de lideranças e controle policial no local de trabalho. Como programa, enquanto a burguesia (ententista) se limitava à monarquia constitucional, o horizonte do povo era da república democrática. (Marx, 2020ae)

Contudo, o povo e seu principal representante, o partido democrata – que atuava na Prússia e nos Estados Alemães –, padeciam de limitações que os impediam de traçar o caminho programático e não estiveram isentos do desfecho da meia revolução burguesa. Marx criticou o partido principalmente por sua ilusão sobre o caráter revo-

lucionário da burguesia, isto é, por não compreender seu caráter contrarrevolucionário. Em resumo, tanto a questão da república democrática quanto a da revolução burguesa, expressavam-se nos equívocos do partido sobre uma questão central da conjuntura, a unificação nacional.

Não faremos a utópica exigência de que seja proclamada *a priori* uma *república alemã una e indivisível*, mas exigimos do Partido Democrata Radical que não confunda o ponto de partida da luta e do movimento revolucionário com o seu ponto de chegada. A unidade alemã, assim como a Constituição alemã, só pode advir como resultado de um movimento no qual os conflitos internos e a guerra com o leste desempenharão papéis igualmente decisivos. A organização definitiva não pode ser decretada. Ela *coincide* com o movimento que temos que percorrer. [...] E, para que a Alemanha se una a outros países em uma federação, precisa antes se tornar *um* país. Na Alemanha, a luta entre a centralização e a forma federativa é a luta entre a civilização moderna e o feudalismo. A Alemanha decaiu a um feudalismo aburguesado no mesmo momento em que se constituíam no Ocidente as grandes monarquias, e também foi excluída do mercado mundial no mesmo momento em que este se abria para a Europa ocidental. Empobreceu, enquanto os outros enriqueceram. Ruralizou-se, enquanto os outros se urbanizaram. Mesmo se a Rússia não batesse à porta da Alemanha, as circunstâncias econômicas nacionais por si só teriam conduzido a uma rigorosa centralização. Mesmo de um ponto de vista estritamente burguês, uma sólida unidade alemã é a primeira condição para escapar da atual miséria e criar a riqueza nacional. (Marx, 2020b, p. 94-95)

Nesta passagem Marx deixou claro que a luta do movimento popular deveria promover a república e a centralização nacional contra o absolutismo e a federação de monarquias, que eram a realidade alemã. Tratava-se de revolucionar o Estado feudal e construir o Estado burguês e a república burguesa, com a unificação nacional (mercado nacional). A luta contra o leste (absolutismo e feudalismo) era a luta que a conjuntura alemã impunha, em direção à predominância do modo de produção capitalista.

O problema era que os proletários alemães não se propuseram a levar adiante, com suas próprias forças, a revolução burguesa e tanto exigiram quanto encarregaram o governo/ministério burguês de cumprir as tarefas democráticas, mas não levaram em consideração seu caráter contrarrevolucionário. (Marx, 2020k; 2020m; 2020w) A outorga da constituição na Prússia pela Coroa foi igualmente sua derrota. Assim, como na França, as ilusões do proletariado foram a sua fraqueza.¹²

3.2. Internacionalismo e contrarrevolução no Sistema de Viena

A *revolução europeia* percorre um *ciclo*. Começou na Itália, em Paris assumiu um caráter europeu, Viena foi o primeiro eco da Revolução de Feve-

¹² No artigo de Engels citado anteriormente, ele considera: “Também nos manifestamos contra a ilusão, zelosamente disseminada pela pequena burguesia, de que a revolução terminara com as jornadas de março e que agora bastava aproveitar seus frutos. Para nós, fevereiro e março só poderiam ter o significado de uma verdadeira revolução se não fossem a conclusão, mas, ao contrário, os pontos de partida de um longo movimento revolucionário no qual, como na Revolução Francesa, o povo desenvolveu ainda mais por meio de suas próprias lutas e os partidos se diferenciaram cada vez”. (Engels, 1884, n.p.)

reiro, Berlim o eco da Revolução de Viena. Na Itália, em Nápoles, a *contrarrevolução* europeia assestou seu primeiro golpe, em Paris – as jornadas de junho – assumiu um caráter europeu; Viena foi o primeiro eco da contrarrevolução de junho, em Berlim ela se consumou e se comprometeu. De Paris *novamente o galo gaulês despertará a Europa.*

Mas em Berlim a *contrarrevolução se comprometeu*. *Em Berlim tudo se compromete, mesmo a contrarrevolução.* Em Nápoles o lúmpen [sic], aliado com a monarquia, contra a burguesia. Em Paris a maior luta histórica que já ocorreu. A burguesia, aliada com o lúmpen [sic.], contra a classe trabalhadora. Em Viena todo um enxame de nacionalidades, que viram na contrarrevolução sua emancipação. Além disso, secreta perfídia da burguesia contra os trabalhadores e a Legião Acadêmica; luta na própria Guarda Civil. Finalmente – ataque do povo, que deu o pretexto para o ataque da corte. Em Berlim nada disso. A burguesia e o povo de um lado – os suboficiais do outro. (Marx, 2020s, p. 269-270)

A revolta dos trabalhadores de Paris, que tinha minimamente a projeção de uma revolução socialista, inspirou outras revoltas proletárias no Velho Continente, como mencionado na passagem, mas principalmente em países pré-capitalistas.¹³ Logo, a luta do proletariado se concentrava em tarefas da revolução burguesa, que não foram protagonizadas pelas burguesias europeias, com exceção da inglesa e da francesa. Ao contrário, em aliança com as aristocracias feudais foram as burguesias protagonistas de violentas contrarrevoluções. Da mesma forma como as insurreições proletárias tiveram a tendência de transnacionalização, as classes dominantes de diferentes países também se aproximaram pelo propósito da contrarrevolução, em defesa da ordem. Em diferentes formatos, 1848 evidenciou a luta entre o capital e o trabalho e explicitou que ao internacionalismo proletário a resposta é unidade internacional das classes dominantes, particularmente da classe burguesa. Tal resposta mostrou Marx, ao tratar do papel da burguesia alemã na derrota da revolução no império austríaco e da burguesia francesa na derrota da revolução em Nápoles. (Marx, 2020j; 2020n; 2020o; 2020p)

As revoluções proletárias e as contrarrevoluções das classes dominantes estavam inseridas no que podemos chamar de Sistema de Viena: uma coordenação política entre os estados da Inglaterra, França, Prússia, Áustria e Rússia, surgida no congresso de Viena de 1815 que pôs fim às guerras napoleônicas e redesenhou o mapa europeu, com o objetivo de manter a ordem no continente. O significado de ordem era distinto para esses estados. Na Inglaterra, “a mais capitalista”, a defesa do Estado e da burguesia era pela ordem burguesa/modo de produção capitalista, e em certa medida na França em que o desenvolvimento dessa ordem estava a pleno vapor. Nos outros países – a Santa Aliança –, a defesa era pela ordem feudal/modo de produção feudal.

¹³ Marx e Engels nas páginas da *NGR* avaliavam que o proletariado tinha objetivos e inimigos comuns em suas lutas em todos os países. Nacionalmente, lutavam contra a dominação de classe e pelo poder político para transformar a sociedade. Internacionalmente, em cooperação através de associações proletárias, provocavam a tendência a uma grande revolução social, que passava pela tomada dos meios de produção, libertação das forças produtivas e transformação das relações de produção, sob o controle político dos proletários de todo o mundo. A luta era imediatamente nacional em sua forma, mas a essência e a tendência eram a internacionalização. Esse internacionalismo proletário, que não tinha na conjuntura laços de cooperação muito sólidos, como um partido internacionalista ou uma associação internacional, em 1848 tomou todo o continente.

Envolvidos em um equilíbrio de poder, na qual disputavam a supremacia política internacional, os estados e as classes dominantes do Sistema de Viena concordavam em um ponto fundamental: conter e sufocar estalos revolucionários. Insurreições proletárias ou burguesas desestabilizariam o sistema, poderiam derrubar as classes dominantes e revolucionar os Estados. Obviamente, na Inglaterra e na França o temor era da revolução socialista; na Prússia, na Áustria e na Rússia, da revolução burguesa. Na missão da contenção e do sufocamento, a unidade internacional das classes dominantes se materializava em intervenções diplomáticas e militares conduzidas pelos estados por todo o continente, a partir do seu caráter de classe. Eis o papel do Estado capitalista ou pré-capitalista no sistema internacional, examinado pelos fundadores do socialismo científico.¹⁴

De acordo com Marx (2020) e Engels (2020), portanto, a conjuntura internacional à época do Sistema de Viena é de revolta contra os Estados e as classes dominantes, batalhas pela democracia (socialista e burguesa) contra as autoridades. Tais lutas revolucionárias tinham para os autores a tendência de mobilizar todo o continente em uma espécie de guerra civil internacional: revolução nacional junto com guerra contra o sistema. Contudo, do lado da santa aliança, o bastião da reação feudal era a Rússia, como escreve Engels ao tratar dos movimentos revolucionários alemão e polonês:

Entretanto, depois da meia revolução alemã, faltou coragem para [alemães] atuar tão resolutamente. Ouviram-se discursos pomposos sobre a libertação da Polônia, boas-vindas a poloneses de passagem pelas estações ferroviárias e oferecimento das ardentes simpatias do povo alemão (e a quem elas ainda não foram oferecidas?); mas começar uma guerra contra a Rússia que colocaria em xeque todo o equilíbrio europeu e, para completar, abrir mão de alguns pedaços do território roubado – bem, só quem não conhece os alemães esperaria isso.

E o que significava a guerra contra a Rússia? A guerra contra a Rússia significava a efetiva, aberta e consumada ruptura com todo o nosso vergonhoso passado, significava a verdadeira libertação e unificação da Alemanha, significava instauração da democracia sobre os escombros da feudalidade e do breve sonho de domínio da burguesia. A guerra contra a Rússia era o único caminho possível para salvar nossa honra e nossos interesses perante nossos vizinhos eslavos, especialmente perante os poloneses.

Mas nós éramos filisteus e permanecemos filisteus. Fizemos duas dúzias de pequenas e grandes revoluções, diante das quais nos amedrontamos mesmo antes de elas terem se consumado. Depois de termos falado muito, não realizamos absolutamente nada. Em vez de alargar nosso horizonte, a revolução o estreitou. Todas as questões foram tratadas com o filisteísmo mais covarde, mais obtuso mais mesquinho, e desse modo, naturalmente, nossos interesses reais foram de novo comprometidos. Do ponto de vista desse filisteísmo tacanho, também foi reduzida a grande questão da emancipação da Polônia à vasqueira frase da reorganização de uma parte da província da Posnânia, e nosso entusiasmo pela Polônia se transformou em granadas e pedra infernal.

¹⁴ Essa é a tese, sobre o Sistema de Viena, de Hal Draper (Draper e Haberkern, 2005), com a qual concordamos, ao analisar os artigos de Marx e Engels publicados na *NGR* e no jornal novaiorquino *New York Daily Tribune*.

A única possibilidade, a única solução que teria salvaguardado a honra da Alemanha e os interesses da Alemanha era, repetimos, a guerra contra a Rússia. Ninguém a ousou, e o inevitável aconteceu: a soldadesca da reação vencida em Berlim, ergueu novamente a cabeça na Posnânia; sob a aparência de salvar a honra e a nacionalidade alemã, ela plantou a bandeira da contrarrevolução e esmagou os poloneses revolucionários, nossos aliados – e por um momento, a Alemanha enganada aplaudiu jubilosamente seus inimigos vitoriosos. (Engels, 2020l, p. 241)

O Estado czarista russo intervinha diplomática e militarmente onde houvesse mobilizações insurrecionais contra a ordem, pois o czar e seu séquito e a classe dominante russa receavam que ondas democráticas chegassem a São Petersburgo. (Engels, 2020u) O czarismo se preocupava com o leste Europeu e a Confederação Germânica, região na qual exercia grande poder sobre as monarquias, particularmente sobre os Estados alemães. Por isso só a vitória de uma guerra contra a Rússia, a partir de revoluções nacionais/lokais, seria uma guerra revolucionária bem-sucedida. Era preciso derrubar o bastião reacionário feudal que desbaratava as revoluções burguesas principalmente na Europa centro-oriental. A unificação alemã, uma pauta burguesa que resultaria em um Estado nacional moderno com poder político burguês, em um mercado unificado para os negócios capitalistas e em um desequilíbrio da balança de poder europeia (um problema para russos) passava pela derrota do czarismo.

Do outro lado do Sistema de Viena, na Europa ocidental, a Inglaterra tinha uma dupla condição especial: o desenvolvimento avançado do capitalismo a tornara o bastião da contrarrevolução burguesa e sua economia e sua política externa estavam voltadas para o mercado mundial, tutelado pelo império britânico. Mas não descurava das questões continentais que envolviam o equilíbrio de poder e, sobretudo, as revoluções.

Quem aprende corretamente a Inglaterra e sua posição global na história moderna não pode se admirar de que no momento as revoluções do continente passem por ela sem deixar vestígio. Inglaterra, o país que, por sua indústria e seu comércio domina todas as nações em revolução do continente e, no entanto, depende proporcionalmente menos delas em virtude de seu domínio sobre os mercados asiáticos, americanos e australianos; o país em que os antagonismos da moderna sociedade burguesa, as lutas de classes entre a burguesia e o proletariado desenvolveram-se mais amplamente, alcançaram a máxima agudização, a Inglaterra tem, mais que qualquer outro país, seu próprio desenvolvimento autônomo. A Inglaterra não necessita dos vacilantes governos provisórios continentais para se aproximar da resolução das questões e da superação dos antagonismos cuja resolução e superação é *sua* vocação mais do que qualquer outro país. A Inglaterra não aceita a revolução do continente, a Inglaterra, quando sua hora chegar, *ditará a revolução ao continente*. (Marx, 2020u, p. 310)

Para a burguesia inglesa o movimento cartista não podia ganhar força a partir das revoluções no continente, a partir do internacionalismo proletário. Assim como a Rússia pelo lado feudal, o Estado e a burguesia da Inglaterra assumiam o papel de desbaratar movimentos revolucionários, que poderiam influenciar e desencadear uma revolução no país. A reação inglesa era o outro inimigo do internacionalismo proletário, o rochedo onde se quebravam as ondas revolucionárias. (Marx, 2020ac) Apesar de dar centralidade para as lutas proletárias na França, Marx considerava o papel central que tinha o Estado capitalista da Inglaterra: se o internacionalismo proletário e a revolução

socialista não a atingissem, se o proletariado inglês não se insurgisse contra o capital, as lutas das classes trabalhadoras apenas seriam tempestade em copo d'água. (Marx, 2020ac) A transformação revolucionária só poderia ser exitosa em âmbito mundial.

Engels descreveu a dinâmica do Sistema de Viena, o papel da Rússia e da Inglaterra e o temor da revolução ao tratar da revolução em Schleswig-Holstein, um ducado dinamarquês onde a revolução burguesa havia rebentado de fato e os insurretos se mobilizavam pela independência, contra a Dinamarca. Ingleses e russos apoiavam a coroa dinamarquesa e temiam a interrupção do comércio no Mar Báltico.

A guerra que conduzimos no Schleswig-Holstein é, portanto, uma verdadeira guerra revolucionária.

E quem esteve desde o início ao lado da Dinamarca? Os três poderes contrarrevolucionários da Europa: *Rússia, Inglaterra e o governo prussiano*. O governo prussiano conduziu, enquanto pôde, apenas uma *guerra aparente* – pense-se no comunicado de Wildenbruch, na solicitude com a qual ordenou, conforme as representações anglo-russas, a retirada de Jutland, e finalmente nos dois armistícios! Prússia, Inglaterra e Rússia são as três potências que mais tem motivos para temer a revolução alemã e sua primeira consequência, a unidade alemã: Prússia porque assim ela deixará de existir, Inglaterra, porque assim seria privada da exploração do mercado alemão, Rússia, porque assim a democracia avançaria não apenas até a Vístula mas mesmo até a Dvina e o Dniepr. Prússia, Inglaterra e Rússia conspiram contra Schleswig-Holstein, contra Alemanha e contra a revolução.

A guerra que provavelmente pode resultar agora das decisões de Frankfurt seria uma guerra da Alemanha contra a Rússia, Inglaterra e a Rússia. E é justamente de uma tal guerra que o sonolento movimento alemão necessita – uma guerra contra as três grandes potências da contra revolução, uma guerra que efetivamente dissolva a Prússia na Alemanha, que torne uma necessidade incontornável a aliança com a Polônia, que conduza imediatamente a libertação da Itália e que se dirija diretamente contra os velhos aliados contrarrevolucionários da Alemanha de 1792 a 1815, uma guerra que ponha “a pátria em perigo” e justamente assim a salve, tornando a vitória da Alemanha dependente da vitória da democracia. (Engels, 2020s, p. 295)

Em oposição aos poderes contrarrevolucionários, Marx e especialmente Engels nas páginas da *NGR* deram atenção aos processos revolucionários na Europa fora do circuito Inglaterra-França-Prússia-Alemanha. Engels, considerando o caráter internacional das revoluções, tratou de insurreições de povos como os dinamarqueses, tchecos, italianos, poloneses, magiares e eslavos, na esteira então do internacionalismo proletário de 1848. Para Engels a revolução e a contrarrevolução nesses povos estavam intimamente ligadas às lutas de classes: de um lado, a luta contra a aristocracia feudal e pela democracia burguesa e, adicionalmente, pela libertação nacional contra os poderes contrarrevolucionários do Sistema de Viena. Do outro lado, a luta contrarrevolucionária pela manutenção da ordem feudal ou a luta apenas pela independência sem demolir a ordem estabelecida. Para Engels, tal nacionalismo não era uma prioridade, o que o levou a ter posição contrária à independência de alguns povos.¹⁵ Engels (2020)

¹⁵ Engels (2020) defendeu a independência de poloneses e húngaros que lutavam revolucionariamente contra a ordem feudal, por independência e contra a reação feudal de forças locais e estrangeiras. Mas não defendeu a independência de povos eslavos, que

destacou a Polônia e a Hungria, para ele movimentos revolucionários cujas mobilizações em países feudais levaram adiante a luta pela democracia burguesa e pela libertação nacional.¹⁶

[...] os poloneses desencadearam não apenas uma luta insurrecional, mas, ao mesmo tempo, *uma ação revolucionária* contra suas próprias condições sociais internas.

[Na Polônia se formou uma] aliança entre as classes restantes, isto é, a nobreza, a burguesia das cidades e, em parte, os camponeses, contra os opressores da Polônia e contra a grande aristocracia do próprio país. A Constituição de 1791 demonstra que já então os poloneses entendiam que sua independência em relação ao exterior estava indissoluvelmente ligada à queda da aristocracia e a reforma agrária no interior.

[...] a luta pela independência da Polônia é ao mesmo tempo a luta pela *democracia agrária* – a única possível no leste da Europa – contra o *absolutismo patriarcal-feudal*. (Engels, 2020l, p. 239-240)

[Na Hungria] muito rapidamente a guerra magiar [húngara] perdeu o caráter nacional que tinha no início e justamente pelo ato aparentemente mais nacional, pela declaração de independência, ela assumiu um caráter claramente europeu. A aliança com os poloneses para a libertação dos dois países, a aliança com os alemães para revolucionar a Alemanha ocidental, só adquiriram um caráter determinado, um fundamento sólido, quando a Hungria se separou da Áustria e, assim, declarou dissolvida a monarquia austríaca. A Hungria independente, a Polônia restabelecida, Áustria alemã transformada em foco revolucionário da Alemanha, a Lombardia e a Itália conquistando independência – com a efetivação desses planos, todo o sistema estatal europeu ocidental seria destruído, a Áustria desapareceria, A Prússia se desintegraria, a Rússia seria forçada a recuar às fronteiras da Ásia. (Engels, 2020v, p. 791)

Engels tomou os movimentos revolucionários polonês e húngaro como exemplos do internacionalismo proletário que incidiu sobre a revolução burguesa e a libertação nacional dos povos.¹⁷ Na questão da libertação nacional reside o elemento adicional da opressão estrangeira por uma potência do Sistema de Viena, isto é, mais um inimigo além das forças nacionais/lokais. As forças revolucionárias enfrentaram tanto inimigos locais, a aristocracia feudal, quanto os agentes internacionais do Sistema de Viena. A Polônia estava dividida entre as potências da Santa Aliança e a Hungria fazia parte do Império Austríaco. Assim, a revolução nacional estava intrinsecamente ligada à revolução internacional e à guerra contra o Sistema de Viena, isto é, o movimento

apoiam a contrarrevolução. A orientação de Engels é o horizonte revolucionário, diante de qualquer outro propósito. Desse modo, o desenvolvimento das forças produtivas e de novas relações de produção, assim como a formação do proletariado moderno, constituiriam condições mais favoráveis de luta (e vida) por uma sociedade sem exploração e dominação de classe.

¹⁶ Como por exemplo em um dos mais longos artigos de Engels (2020t) na *NGR*, *A batalha magiar* e seus nove artigos intitulados *Os debates sobre a Polônia em Frankfurt* (Engels, 2020j; 2020k; 2020l; 2020m; 2020n; 2020o; 2020p; 2020q; 2020r), entre vários outros.

¹⁷ Marx e Engels sugerem que as revoluções polonesa e húngara são revoluções burguesas, portanto antifeudais, cujas mobilizações congregaram tanto a burguesia quanto o proletariado. Engels compara a Hungria com a França no artigo citado na nota anterior, *A batalha magiar*.

não podia se restringir ao âmbito local, pois corria o risco de ser esmagado, como de fato foi. Mas em geral, em 1848, não só na Hungria e na Polônia, o internacionalismo das classes trabalhadoras foi um fenômeno que sacudiu todo o continente.

Por fim, como mencionado, as revoluções foram derrotadas, ainda que tenham deixado legados para o desenvolvimento do capitalismo nos países por onde passaram. Marx salientou quatro datas da contrarrevolução perpetrada pela unidade internacional das classes dominantes: Londres 10 de abril, Paris entre 15 de maio e 25 de junho, Viena primeiro de novembro e Milão 6 de agosto. “Eis as quatro grandes datas da contrarrevolução europeia, as quatro pedras miliárias que assinalam a distância percorrida em suas últimas manifestações de triunfo”. (Marx, 2020u, p. 310) Na tempestade da guerra e da revolução de 1848-1849, o que prevaleceu foi a ordem.¹⁸

Considerações finais

Os artigos na *NGR* de Marx e Engels indicam duas descobertas. Primeiro e de fundo, o desenvolvimento e a transição de modos de produção é um processo histórico com relativo ordenamento e, particularmente, o desenvolvimento do capitalismo nas formações sociais é um processo expansivo que articula diferentes países/regiões, de maneira desigual. Na Inglaterra, o pioneiro modo de produção capitalista é o mais avançado no sentido de desenvolvimento de forças produtivas e relações de produção, da formação de novas classes e frações, de outras formas de lutas de classes, do tipo de Estado e de qual revolução está na ordem do dia. Seus ecos foram para o outro lado do canal da Mancha, para a França, onde o capitalismo está em pleno desenvolvimento, as lutas da burguesia já não são mais contra a velha aristocracia feudal e seu processo histórico específico oferece a possibilidade de transição para outro modo de produção (socialismo). Já na Europa centro-oriental predomina o modo de produção feudal e o Estado absolutista, mas que convivem com forças capitalistas oriundas do Ocidente, do demiúrgico modo de produção inglês. É importante ressaltar que a conjuntura francesa, como dito, e as conjunturas pré-capitalistas oferecem a possibilidade da transição. A transição do capitalismo para o socialismo, especificamente, só pode acontecer sob a direção (classe dirigente) do proletariado. Nessa articulação, Marx e Engels sugerem que as formações sociais/países assumem posições desiguais, condição advinda de um centro irradiador que estabelece especificidades (e assimetrias) na transição para e no desenvolvimento do modo de produção capitalista, o que significa que esse processo histórico é transnacional.

Segundo e em primeiro plano, os fenômenos internacionais estão centralizados pelas lutas de classes. Conforme vimos nas últimas seções do texto, Marx e Engels estabelecem uma articulação entre as dimensões internacional, estatal e nacional, de modo que o acontece em uma delas está conectado com as outras. Não há uma análise isolada de umas das dimensões. É assim que entendem as lutas do proletariado francês em 1848 contra a burguesia e o Estado na França, então no arranjo do Sistema de Viena. As lutas de classes na França desencadearam mobilizações e lutas proletárias na confederação alemã e pela Europa, seja contra a burguesia e o Estado burguês na In-

¹⁸ Para Draper e Haberkern (2005) as derrotas das revoluções juntas com a inconsistência e a desarticulação do internacionalismo proletário levaram Marx a fundar a Associação Internacional dos Trabalhadores em 1864.

glaterra, seja contra a aristocracia feudal e o Estado absolutista, seja por libertação nacional em outros países. Contudo, as classes proletárias não fizeram a revolução “em casa” nem construíram a guerra revolucionária internacional contra, sobretudo, os bastiões feudal e capitalista do equilíbrio de poder europeu, Rússia e Inglaterra. Sofreram a reação das classes dominantes e dos estados do Sistema e sucumbiram diante das armas da contrarrevolução.

Dito de outro modo, a ser compreendido como um pensamento original sobre as relações internacionais, existe o seguinte fundamento nos artigos de Marx e Engels. As lutas diplomáticas e militares, dentro do equilíbrio de poder, entre as classes dominantes nacionais/lokais e os Estados de classe pela supremacia política internacional se transformam em uma unidade internacional quando as lutas do proletariado podem abalar e revolucionar as ordens estabelecidas e o arranjo de poder interestatal. As lutas proletárias são imediatamente contra as classes dominantes e o Estado de classe na dimensão nacional/local, mas a tendência é sua transnacionalização (internacionalismo proletário), de modo a mobilizar o proletariado de outros países (de todo o mundo!) e se combinar com lutas de libertação nacional. Assim, essa guerra revolucionária – um processo revolucionário internacional complexo que combina revolução nacional e guerra contra os estados garantidores do sistema internacional – é temida pelas potências centrais, ao ponto de evitarem a própria guerra interestatal para não provocar estalos revolucionários. A guerra revolucionária é o que Engels denomina mais tarde nos artigos para o *New York Daily Tribune* de o “sexto grande poder”, diante da pentarquia de poder na Europa: o grande poder que a faz tremer. Todavia, o temor se transforma em reação, em contrarrevolução, que arrefece as lutas entre classes dominantes e estados em prol da unidade internacional para derrotar o proletariado.

Eis os princípios de uma teoria marxiana-engelsiana das relações internacionais.

Referências

- ALTHUSSER, Louis; BALIBAR, Étienne; ESTABLET, Roger. *Ler O capital* – v. 2. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- ALTHUSSER, Louis; RANCIÈRE, Jacques; MACHEREY, Pierre. *Ler O capital* – v. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- ALTHUSSER, Louis. *A favor de Marx*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- ARON, Raymond. *Paz e guerra entre as nações*. Brasília: Unb, 1986.
- BOBBIO, Norberto. “As relações internacionais e o marxismo”. In: BOBBIO, N. (org.). *Ensaios escolhidos*. São Paulo: Ciências Humanas, [s.d.].
- BOITO JUNIOR, Armando. *Estado, política e classes sociais: ensaios teóricos e históricos*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- COSTA, Luís César Amad; MELLO, Leonel Itaussu A. *História geral e do Brasil: da pré-história ao século XXI*. São Paulo: Scipione, 2008.
- COTRIM, Lívia. *A arma da crítica: política e emancipação humana na Nova Gazeta Renana*. São Paulo: Expressão Popular, 2020a.
- COTRIM, Lívia. *A democracia de nosso tempo é o comunismo: revolução, nacionalidade e contrarrevolução na Nova Gazeta Renana*. São Paulo: Expressão Popular, 2020b.
- DRAPER, Hal; HABERKERN, E. *Karl Marx's theory of revolution* – v. 5: war and revolution. New York: Monthly Review Press, 2005.
- DROZ, Jacques. *Europa: restauración y revolución 1815-1830*. Madrid: Siglo Veintiuno, 1974.
- ENGELS, Friedrich. “NGR n. 14, 14/06/1848 – O debate sobre a revolução em Berlim”. In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Nova Gazeta Renana*. São Paulo: Expressão Popular, 2020a.
- ENGELS, Friedrich. “NGR n. 15, 15/06/1848 – O debate sobre a revolução em Berlim”. In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Nova Gazeta Renana*. São Paulo: Expressão Popular, 2020b.
- ENGELS, Friedrich. “NGR n. 16, 16/06/1848 – O debate sobre a revolução em Berlim”. In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Nova Gazeta Renana*. São Paulo: Expressão Popular, 2020c.
- ENGELS, Friedrich. “NGR n. 17, 17/06/1848 – O debate sobre a revolução em Berlim”. In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Nova Gazeta Renana*. São Paulo: Expressão Popular, 2020d.
- ENGELS, Friedrich. “NGR n. 28, 28/06/1848 – O 23 de junho”. In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Nova Gazeta Renana*. São Paulo: Expressão Popular, 2020e.
- ENGELS, Friedrich. “NGR n. 28, 28/06/1848 – O 24 de junho”. In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Nova Gazeta Renana*. São Paulo: Expressão Popular, 2020f.
- ENGELS, Friedrich. “NGR n. 29, 29/06/1848 – O 25 de junho”. In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Nova Gazeta Renana*. São Paulo: Expressão Popular, 2020g.
- ENGELS, Friedrich. “NGR n. 31, 01/07/1848 – A revolução de junho [o curso da insurreição em Paris]”. In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Nova Gazeta Renana*. São Paulo: Expressão Popular, 2020h.

- ENGELS, Friedrich. “NGR n. 32, 02/07/1848 – A revolução de junho [o curso da insurreição em Paris]”. In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Nova Gazeta Renana*. São Paulo: Expressão Popular, 2020i.
- ENGELS, Friedrich. “NGR n. 70, 09/08/1848 – Os debates sobre a Polônia em Frankfurt”. In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Nova Gazeta Renana*. São Paulo: Expressão Popular, 2020j.
- ENGELS, Friedrich. “NGR n. 73, 12/08/1848 – Os debates sobre a Polônia em Frankfurt”. In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Nova Gazeta Renana*. São Paulo: Expressão Popular, 2020k.
- ENGELS, Friedrich. “NGR n. 81, 20/08/1848 – Os debates sobre a Polônia em Frankfurt”. In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Nova Gazeta Renana*. São Paulo: Expressão Popular, 2020l.
- ENGELS, Friedrich. “NGR n. 82, 22/08/1848 – Os debates sobre a Polônia em Frankfurt”. In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Nova Gazeta Renana*. São Paulo: Expressão Popular, 2020m.
- ENGELS, Friedrich. “NGR n. 86, 26/08/1848 – Os debates sobre a Polônia em Frankfurt”. In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Nova Gazeta Renana*. São Paulo: Expressão Popular, 2020n.
- ENGELS, Friedrich. “NGR n. 90, 31/08/1848 – Os debates sobre a Polônia em Frankfurt”. In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Nova Gazeta Renana*. São Paulo: Expressão Popular, 2020o.
- ENGELS, Friedrich. “NGR n. 91, 01/09/1848 – Os debates sobre a Polônia em Frankfurt”. In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Nova Gazeta Renana*. São Paulo: Expressão Popular, 2020p.
- ENGELS, Friedrich. “NGR n. 93, 03/09/1848 – Os debates sobre a Polônia em Frankfurt”. In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Nova Gazeta Renana*. São Paulo: Expressão Popular, 2020q.
- ENGELS, Friedrich. “NGR n. 96, 07/09/1848 – Os debates sobre a Polônia em Frankfurt”. In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Nova Gazeta Renana*. São Paulo: Expressão Popular, 2020r.
- ENGELS, Friedrich. “NGR n. 99, 10/09/1848 – O armistício dinamarquês-prussiano”. In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Nova Gazeta Renana*. São Paulo: Expressão Popular, 2020s.
- ENGELS, Friedrich. “NGR n. 194, 13/01/1848 – A batalha magiar”. In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Nova Gazeta Renana*. São Paulo: Expressão Popular, 2020t.
- ENGELS, Friedrich. “NGR n. 279, 22/04/1849 – Os russos”. In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Nova Gazeta Renana*. São Paulo: Expressão Popular, 2020u.
- ENGELS, Friedrich. “NGR n. 301, 19/05/1849 – [Hungria]”. In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Nova Gazeta Renana*. São Paulo: Expressão Popular, 2020v.
- ENGELS, Friedrich. “Marx e a Neue Rheinische Zeitung”. *Der Sozialdemokrat*, n. 11, 13 de março de 1884. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portuguese/marx/1884/03/13.htm>>. Acesso em: 21/11/25.
- HALLIDAY, Fred. *Revolution and world politics: the rise and fall of the sixth great power*. London: Macmillan, 1999.

- HEINRICH, Michael. *Karl Marx e o nascimento da sociedade moderna* – v. 1: 1818-1848. São Paulo: Boitempo, 2018.
- HOBSBAWM, Eric. *A era das revoluções: 1789-1848*. 32ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- HOBSBAWM, Eric. *A era do capital: 1848-1875*. 28ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.
- KRIPPENDORFF, Ekkhart. *História das relações internacionais*. Lisboa: Antídoto, 1979.
- MARX, Karl. “NGR n. 03, 03/06/1848 – A declaração de Camphausen na sessão de 30 de maio”. In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Nova Gazeta Renana*. São Paulo: Expressão Popular, 2020a.
- MARX, Karl. “NGR n. 07, 07/06/1848 – Programa do Partido Democrata Radical e da esquerda em Frankfurt”. In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Nova Gazeta Renana*. São Paulo: Expressão Popular, 2020b.
- MARX, Karl. “NGR n. 25, 25/06/1848 – Ameaça da *Gazeta de Gervinus*”. In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Nova Gazeta Renana*. São Paulo: Expressão Popular, 2020c.
- MARX, Karl. “NGR n. 27, 27/06/1848 – Notícias de Paris”. In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Nova Gazeta Renana*. São Paulo: Expressão Popular, 2020d.
- MARX, Karl. “NGR n. 29, 29/06/1848 – A revolução de junho”. In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Nova Gazeta Renana*. São Paulo: Expressão Popular, 2020e.
- MARX, Karl. “NGR n. 34, 04/07/1848 – Prisões”. In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Nova Gazeta Renana*. São Paulo: Expressão Popular, 2020f.
- MARX, Karl. “NGR n. 60, 30/07/1848 – O projeto de lei sobre empréstimo compulsório e sua Exposição de Motivos”. In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Nova Gazeta Renana*. São Paulo: Expressão Popular, 2020g.
- MARX, Karl. “NGR n. 60, 30/07/1848 – Projeto de lei sobre a revogação dos encargos feudais”. In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Nova Gazeta Renana*. São Paulo: Expressão Popular, 2020h.
- MARX, Karl. “NGR n. 102, 14/09/1848 – A crise e a contrarrevolução”. In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Nova Gazeta Renana*. São Paulo: Expressão Popular, 2020i.
- MARX, Karl. “NGR n. 123, 22/10/1848 – A mediação anglo-francesa na Itália”. In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Nova Gazeta Renana*. São Paulo: Expressão Popular, 2020j.
- MARX, Karl. “NGR, n. 133, 03/11/1848 – “Conclamação do Congresso Democrático ao povo alemão”. In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Nova Gazeta Renana*. São Paulo: Expressão Popular, 2020k.
- MARX, Karl. “NGR n. 133, 03/11/1848 – O parisiense *Réforme* sobre a situação francesa”. In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Nova Gazeta Renana*. São Paulo: Expressão Popular, 2020l.
- MARX, Karl. “NGR n. 133, 03/11/1848 – [A revolução de Viena e a Gazeta de Colônia]”. In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Nova Gazeta Renana*. São Paulo: Expressão Popular, 2020m.
- MARX, Karl. “NGR n. 135, 05/11/1848 – Últimas notícias de Viena, Berlim e Paris”. In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Nova Gazeta Renana*. São Paulo: Expressão Popular, 2020n.

- MARX, Karl. "NGR n. 135, 05/11/1848 – Notícias de Viena". In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Nova Gazeta Renana*. São Paulo: Expressão Popular, 2020o.
- MARX, Karl. "NGR n. 136, 07/11/1848 – Vitória da contrarrevolução em Viena". In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Nova Gazeta Renana*. São Paulo: Expressão Popular, 2020p.
- MARX, Karl. "NGR n. 141, 12/11/1848 – A contrarrevolução em Berlim". In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Nova Gazeta Renana*. São Paulo: Expressão Popular, 2020q.
- 38** MARX, Karl. "NGR n. 141, 12/11/1848 – A contrarrevolução em Berlim, 2^a edição". In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Nova Gazeta Renana*. São Paulo: Expressão Popular, 2020r.
- MARX, Karl. "NGR n. 142, 14/11/1848 – A contrarrevolução em Berlim". In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Nova Gazeta Renana*. São Paulo: Expressão Popular, 2020s.
- MARX, Karl. "NGR n. 142, 14/11/1848 – [Cavaignac e a revolução de junho]". In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Nova Gazeta Renana*. São Paulo: Expressão Popular, 2020t.
- MARX, Karl. "NGR n. 156, 30/11/1848 – O movimento revolucionário na Itália". In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Nova Gazeta Renana*. São Paulo: Expressão Popular, 2020u.
- MARX, Karl. "NGR n. 162, 07/12/1848 – [A dissolução da Assembleia Nacional]". In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Nova Gazeta Renana*. São Paulo: Expressão Popular, 2020v.
- MARX, Karl. "NGR n. 163, 08/12/1848 – O golpe de Estado e a contrarrevolução". In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Nova Gazeta Renana*. São Paulo: Expressão Popular, 2020w.
- MARX, Karl. "NGR n. 165, 10/12/1848 – A burguesia e a contrarrevolução". In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Nova Gazeta Renana*. São Paulo: Expressão Popular, 2020x.
- MARX, Karl. "NGR n. 169 15/12/1848 – A burguesia e a contrarrevolução". In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Nova Gazeta Renana*. São Paulo: Expressão Popular, 2020y.
- MARX, Karl. "NGR n. 170, 16/12/1848 – A burguesia e a contrarrevolução". In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Nova Gazeta Renana*. São Paulo: Expressão Popular, 2020z.
- MARX, Karl. "NGR n. 183, 31/12/1848 – A burguesia e a contrarrevolução". In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Nova Gazeta Renana*. São Paulo: Expressão Popular, 2020aa.
- MARX, Karl. "NGR n. 177, 24/12/1848 – a contrarrevolução prussiana e a magistratura prussiana". In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Nova Gazeta Renana*. São Paulo: Expressão Popular, 2020ab.
- MARX, Karl. "NGR n. 184, 01/01/1849 – O movimento revolucionário". In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Nova Gazeta Renana*. São Paulo: Expressão Popular, 2020ac.

- MARX, Karl. "NGR n. 202, 22/01/1849 – Montesquieu LVI". In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Nova Gazeta Renana*. São Paulo: Expressão Popular, 2020ad.
- MARX, Karl. "NGR n. 210, 01/02/1849 – A *Gazeta de Colônia* sobre as eleições". In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Nova Gazeta Renana*. São Paulo: Expressão Popular, 2020ae.
- MARX, Karl. "NGR n. 232, 27/02/1849 – O processo contra o Comitê Distrital Renano dos Democratas". In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Nova Gazeta Renana*. São Paulo: Expressão Popular, 2020af.
- MAYER, Gustav. *Friedrich Engels: uma biografia*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- MUSSE, Ricardo. "O primeiro marxista". In: BOITO JÚNIOR, A. (org.). *A obra teórica de Marx: atualidades, problemas e interpretações*. São Paulo: Xamã, 2002.
- SAES, Décio. "Marxismo e história". *Crítica Marxista*, v.1, n.1, 1994.
- SEGRILLO, Angelo. *Karl Marx: uma biografia dialética*. Curitiba: Editora Primas, 2018.

Recebido em 08 agosto de 2025
Aprovado em 22 outubro de 2025